



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2026

Montepio Obrigações

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Obrigações**



Montepio **Gestão de Activos**

Grupo Montepio

Organismo de Investimento Coletivo (OIC)

Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

Rendibilidade e Risco

Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

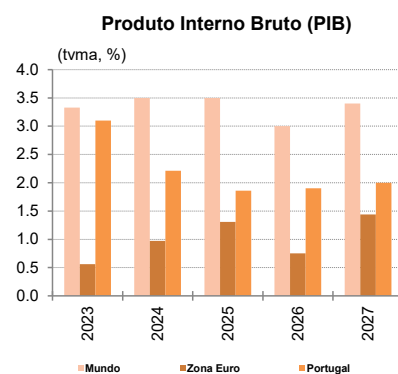
O início do conflito no Médio Oriente, a 28 de fevereiro, entre os EUA e Israel contra o Irão provocou, designadamente, o encerramento do Estreito de Ormuz, uma das mais significativas rotas marítimas do Golfo – que representa cerca de 20% do comércio mundial de petróleo –, espoletando uma crise energética global, tendo o preço do barril de brent fechado algumas sessões próximo dos \$120/barril em março e abril de 2026 (no *intraday* chegou mesmo a superar os \$120/barril). Entretanto, em meados de junho de 2026, foi assinado um memorando de entendimento entre os EUA e o Irão com vista à reabertura do estreito e a mitigar os constrangimentos à navegação registados desde finais de fevereiro.

Em simultâneo, persistiram preocupações relacionadas com barreiras comerciais, cadeias de abastecimento e níveis elevados de dívida pública em várias economias.

Contudo, apesar destes desafios, a resiliência do mercado de trabalho em muitas regiões e o forte investimento em inteligência artificial continuaram a apoiar a atividade económica e as perspetivas para a produtividade a longo prazo.

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 9 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas previsões de crescimento global deste ano, de 3,1% para 3,0% (+3,5% em 2025), devido ao impacto negativo da guerra no Médio Oriente na atividade económica, embora parcialmente compensado pelo efeito positivo gerado pela Inteligência Artificial (IA).

No entanto, o FMI realçou que o impacto da guerra no Médio Oriente varia significativamente consoante o grau de exposição de cada país ao conflito e a sua posição na cadeia de valor tecnológica. Deste modo, por um lado, os países exportadores de energia fora da zona de conflito beneficiam de uma melhoria dos termos de troca, enquanto as economias integradas na recuperação liderada pela tecnologia registam uma atividade mais robusta, mesmo quando são importadoras de energia.



Por outro lado, e em contrapartida, a atividade económica enfraquece nos países importadores de energia com uma participação limitada na cadeia de valor tecnológica.

As perspetivas do FMI para a economia global em 2027 são mais positivas, tendo a previsão de crescimento sido revista em alta, de 3,2% para 3,4%.

Entre as principais economias avançadas, o FMI aponta para uma expansão do PIB dos EUA de 2,3% em 2026 e de 2,2% em 2027, praticamente sem alterações face às anteriores previsões de abril (de +2,3% e +2,1%, respetivamente), antecipando que a atividade económica continue a ser sustentada pela política orçamental, por condições financeiras favoráveis e pelo investimento empresarial associado às novas tecnologias, bem como pelo aumento da produtividade.

Para a Zona Euro, o FMI prevê uma descida do crescimento do PIB para 0,9% em 2026 (+1,4% em 2025), menos 0,2 pp face ao último relatório, devendo depois avançar 1,2% em 2027 (reiterando, neste caso, a anterior previsão), enquanto para o Reino Unido espera uma expansão de 1,0% em 2026 (+1,4% em 2025) e de 1,3% em 2027 (em abril previa +0,8% e também +1,3%).

Entre as economias emergentes, destaca-se a China, país para o qual o FMI projeta uma queda do crescimento do PIB, dos 5,0% observados em 2025 para 4,6% em 2026 e 4,1% em 2027 (revisto em +0,2 pp e +0,1 pp. respetivamente), com o abrandamento da economia a refletir a subida dos preços mundiais do petróleo, conjugada com a persistência da incerteza e de fatores estruturais adversos, que deverão penalizar a atividade económica.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2026 e de 6,7% em 2027 (revisto em -0,1 pp e +0,2 pp respetivamente), prevendo para a Rússia expansões de 1,1% para 2026 e 2027 (reiterando as anteriores previsões) e, para o Brasil, de 2,4% em 2026 e 2,2% em 2027 (revisões de +0,5 pp para este ano e de +0,2 pp para o próximo).

Em termos gerais, o FMI aponta ainda para um abrandamento expressivo do crescimento do comércio mundial, passando de 5,0% em 2025 para 3,5% em 2026, devendo depois recuperar para 4,3% em 2027. Segundo o FMI, esta evolução reflete, por um lado, a antecipação de fluxos comerciais registada anteriormente e o impacto das tarifas aduaneiras e, por outro, a adaptação gradual das relações comerciais e das cadeias de produção, através do desvio e da reconfiguração das rotas comerciais, bem como do forte crescimento do comércio associado às tecnologias.

Relativamente à inflação mundial, o FMI reviu em alta a previsão para 2026, de 4,4% para 4,7% (+4,1% em 2025), e em 2027, de 3,7% para 3,9%, mas com a evolução da inflação a continuar a variar significativamente entre países, refletindo diferenças na transmissão das variações cambiais para os preços, na persistência da inflação dos serviços, nas condições dos mercados de trabalho e na crescente importância de fatores específicos de cada economia.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2026 com uma estabilização em cadeia no primeiro trimestre (+0,2% no quarto trimestre de 2025), surpreendendo pela negativa o mercado (que apontava para um crescimento de 0,2%, refletindo, designadamente, o impacto económico do conflito no Médio Oriente), como consequência, em particular, do muito fraco desempenho da economia irlandesa (contraiu 7,0% em cadeia, em resultado dos fortes acréscimos das vendas de multinacionais no final de 2024 e início de 2025). Neste sentido, o segundo trimestre do ano deverá ter ficado marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a dever ter regressado aos crescimentos em cadeia (estimamos um crescimento em cadeia em torno de +0,2%), perspetivando-se novos crescimentos ao longo da segunda metade do ano, não obstante o contexto global ainda bastante adverso (com destaque para a situação no Médio Oriente).

Para a globalidade do ano de 2026, espera-se que a economia da Zona Euro volte a desacelerar, face à situação no Médio Oriente, com o crescimento económico a dever situar-se em 0,8% (em linha com as projeções da OCDE e do BCE, publicadas em 3 e 11 de junho, respetivamente, sendo um pouco mais desfavorável que a projeção de 0,9% da Comissão Europeia e do FMI, de 21 de maio e 8 de junho, respetivamente), após uma aceleração da atividade económica em 2025, quando o crescimento atingiu 1,3%, face a 1,0% em 2024.

O abrandamento da atividade económica deveu-se, sobretudo, ao agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo, numa primeira fase, o impacto direto do forte agravamento dos preços da energia decorrente da situação no Médio Oriente e, numa segunda fase, a ocorrência já de alguns efeitos de segunda ordem sobre a inflação, com os primeiros impactos a evidenciarem-se em alguns serviços (os transportes, logística, turismo, restauração e outros serviços com custos energéticos relevantes tendem a repercutir os aumentos dos combustíveis nos preços finais), bens industriais não energéticos (nomeadamente nos produtos manufaturados cujos processos produtivos dependem de eletricidade, gás ou transporte) e bens alimentares (os fertilizantes, o transporte, a refrigeração e a transformação alimentar são fortemente dependentes da energia).

Após a queda da inflação homóloga entre 2024 e 2025, de 2,4% para 1,9% e de se ter mantido abaixo do *target* do BCE nos dois primeiros meses do ano, o início do conflito militar no Irão, no final de fevereiro, suscitou um aumento imediato dos preços da energia, conduzindo ao início de uma trajetória ascendente da inflação em março, que a levaria a atingir 3,2% em maio, aliviando depois em junho e fechando o semestre nos 2,8% (com a inflação *core* em 2,4%, após ter tocado nos 2,6% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,3%).

Consequentemente, em termos médios anuais, prevemos uma subida da inflação em 2026, dos 2,1% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início da guerra, prevíamos 2,0%), com este agravamento a refletir a forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultante do conflito

militar no Médio Oriente. De notar que os riscos sobre esta projeção permanecem ascendentes, sendo que o impacto total na inflação estará dependente da duração do conflito (e, essencialmente, da interrupção da navegabilidade do Estreito de Ormuz e da destruição da capacidade produtiva de países da região).

Face ao contexto de forte agravamento da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2026, com um aumento de 25 pontos de base e com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o primeiro semestre de 2026 em 2,40% e 2,25%, respetivamente, após terem encerrado 2025 em 2,15% e 2,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2026 com uma estagnação em cadeia do PIB no primeiro trimestre, após o forte acréscimo de 0,9% no último trimestre de 2025, contrariando as expectativas do mercado e as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade, com a economia a ser afetada pelo mau tempo observado no país entre o final de janeiro e meados de fevereiro. No segundo trimestre do ano, e não obstante o impacto desfavorável do conflito militar no Médio Oriente, a economia terá regressado aos crescimentos, estimando-se uma expansão de cerca de 0,4%.

Em termos médios anuais, depois de uma desaceleração da atividade económica no conjunto do ano de 2025, para um crescimento de 1,9% (+2,2% em 2024), perspetiva-se uma manutenção do ritmo de expansão da economia em 2026 (em +1,9%, acima das previsões de +1,6% pelo Conselho das Finanças Públicas, publicadas em 14 de abril, de +1,7% pelo FMI e pela Comissão Europeia, em 24 de junho e 21 de maio, respetivamente, de +1,8% pelo Banco de Portugal, em 15 de junho, e de +1,8% pela OCDE, em 3 de junho), mas abaixo da projeção de 2,0% pelo Governo (em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se também a um agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo os já referidos efeitos diretos e de segunda ordem do agravamento dos preços da energia na inflação. Assim, depois de ter fechado 2025 em 2,4%, a inflação homóloga (IPCH) desceu em janeiro para 1,9%, ficando marginalmente abaixo do objetivo de médio prazo do BCE (2,0%), mas regressando às acelerações no mês de fevereiro e encetando em março uma trajetória ascendente ainda mais pronunciada, que a levaria a atingir 3,3% em abril e fechando o semestre nos 3,1% (com a inflação *core* em 2,1%, após ter tocado nos 2,3% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,4%). Em termos médios anuais, projeta-se uma aceleração em 2026, dos 2,2% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início do conflito, prevíamos +2,0%), com este agravamento a refletir os já referidos impactos (diretos e indiretos) da forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultantes do conflito militar no Médio Oriente.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 5,7% com que havia terminado o ano de 2025 para 5,5% em maio, embora devendo ter fechado o semestre já num nível ligeiramente acima e prevendo-se agravamentos adicionais ao longo da segunda metade do ano. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 5,9%, ligeiramente abaixo dos 6,0% observados em 2025 (6,4% em 2024).

Após a ligeira subida do excedente orçamental em 2025, de 0,6% do PIB em 2024 para 0,7%, prevemos uma deterioração das finanças públicas em 2026, para um défice orçamental de 0,3%, que contrasta com o excedente de 0,1% apresentado pelo Governo no Orçamento de Estado para 2026 e que foi reiterado (em 26 de março) na primeira notificação de 2026 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), mas estando abaixo do valor que o Ministro das Finanças assumiu, já em abril, poder vir a observar-se, ao referir que o défice não deveria superar cerca de 0,5% do PIB. Esta degradação do saldo orçamental resulta, designadamente, dos custos com as tempestades e com os apoios públicos para atenuar o impacto nas famílias e empresas do recente agravamento dos preços da energia (decorrentes do conflito no Médio Oriente).

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2026, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,3% registados em 2025 (12,5% em 2024), refletindo, designadamente, o abrandamento do rendimento disponível, mas também a subida da inflação, embora com a taxa de poupança a continuar em níveis historicamente elevados (sendo que a subida dos encargos com juros, devido à resposta do BCE ao aumento da inflação, também deverá implicar um aumento da “poupança forçada”).

Mercados Financeiros

No primeiro semestre de 2026, o sentimento nos mercados de ações continuou a ser globalmente positivo. Contrariamente ao esperado, os mercados demonstraram uma assinalável capacidade de adaptação face às tensões geopolíticas no Golfo Pérsico e aos riscos associados ao mercado energético, apesar de correções observadas no final do primeiro trimestre, com a recuperação subsequente a permitir que os principais índices de ações internacionais terminassem o semestre em terreno positivo.

Para o comportamento favorável do mercado de ações, contribuiu fortemente a significativa valorização de empresas do setor tecnológico ligadas à Inteligência Artificial, aumentando a preocupação dos investidores quanto à existência de uma bolha nos mercados, cuja capitalização bolsista encontra-se fortemente concentrada num número reduzido de empresas tecnológicas, as denominadas “*mega caps*”, expondo as valorizações aos riscos sobre a rentabilidade dos investimentos neste setor.

No plano geopolítico, destaque ainda para a situação política na Venezuela, para as ameaças de Donald Trump à soberania da Gronelândia e do Canadá e ao recrudescimento das tensões no sudoeste asiático entre China e Taiwan (com envolvimento de EUA e Japão). Menos evidentes são os receios quanto à guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, em abril de 2025, através do anúncio de tarifas aduaneiras. Na Europa, a guerra Ucrânia-Rússia ficou marcada pela intensificação dos confrontos, sendo infrutíferas as tentativas dos EUA de resolução do conflito pela via diplomática.

Neste contexto, durante o primeiro semestre do ano, mantiveram-se os receios de uma recessão global, devido ao aumento das pressões inflacionistas tanto na Zona Euro, como nos EUA, em resposta à crise energética global e ao aumento dos preços do Brent e do gás natural. Apesar dos receios, a época de resultados do primeiro trimestre nos EUA superou as expectativas e muitas empresas apresentaram lucros acima do esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais apresentaram comportamentos maioritariamente favoráveis no conjunto do semestre, com variações globalmente positivas nos EUA, na Europa e na América Latina, e movimentos mistos na Ásia, tendo o índice de referência MSCI mundial (*Morgan Stanley Capital International*) subido 10,4%.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no semestre, com o S&P 500 a avançar 9,6%, alcançando um novo máximo histórico no início de junho. O Nasdaq exibiu uma subida superior, de 12,8%, motivado pelos anúncios de grandes empresas tecnológicas, ao passo que o Dow Jones valorizou 8,9%, tendo ambos atingido máximos históricos também no início de junho de 2026.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade dos principais índices, tendo o Eurostoxx 50, o CAC40 e o DAAX subido 9,3%, 3,1% e 2,1%, respetivamente, enquanto o índice português PSI valorizou 10,5%.

Em termos setoriais na Europa (índices setoriais do Stoxx 600), destaca-se as valorizações observadas na tecnologia (+25,5%), na energia (+20,8%), nos recursos básicos (+16,1%), nas *utilities* (+14,8%), na banca (+12,5%) e nas telecomunicações (+11,4%), tendo a maior queda sido observada no setor automóvel (-18,4%).

Nos EUA, o comportamento dos índices setoriais do S&P 500 foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+19,5%), as tecnologias de informação (+19,4%), a energia (+18,0%) e o imobiliário (+12,8%). Por outro lado, os serviços financeiros (-2,1%) e os bens de consumo (-1,1%) desvalorizaram. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de apenas 0,1% no período, abaixo das demais ações do S&P 500 (+14,6%), após as primeiras terem avançado 22,6% em 2025, bem acima das demais ações (+13,7%) e depois de em 2024 já terem superado largamente a valorização das demais ações (+48,0% vs +14,5%).

No primeiro semestre de 2026, e com o intuito de combater as pressões inflacionistas decorrentes do impacto direto do conflito militar no Médio Oriente nos preços da energia e dos potenciais efeitos de segunda ordem sobre os preços de outros bens e serviços, iniciou-se um ciclo de subida das taxas de juro diretoras do BCE. As taxas Euribor aumentaram no semestre (+30 pp nos 3 meses, +46 pp nos 6 meses e +49 pp nos 12 meses) e fecharam, a 30 de junho, em 2,324% nos 3 meses, 2,568% nos 6 meses e 2,728% nos 12 meses.

As *yields* da dívida pública de referência europeias apresentaram comportamentos ascendentes nos prazos mais curtos ao longo do semestre, com as *yields* a 2 anos na Alemanha a avançarem 41 pb, para 2,528% (refletindo a antecipação e posterior concretização do aumento de taxas do BCE de 25 pb em junho de 2026, assim como expectativas de mais uma subida até final do ano), enquanto nos 10 anos não registaram alterações significativas, fechando o semestre em 2,860%. Nos EUA observou-se, igualmente, uma redução do declive da curva de rendimentos, com as *yields* a 2 anos a subir em 70 pb, para 4,172%, enquanto as *yields* a 10 anos avançaram 30 pb, para 4,465%.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 21 pb, para os 244,6 pb, o Itraxx Financials estabilizou nos 54,4 pb e o Itraxx recuou 2 pb, para 51,6 pb).

Já os *spreads* das *yields* da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro exibiram algum alargamento. As maiores subidas das *yields* foram na Grécia (+9 pb, para 68 pb) e em Portugal (+9 pb, para 38 pb), seguida de Itália (+7 pb, para 77 pb) e de Espanha (+5 pb, para 48 pb).

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos muito positivos, com o índice compósito CRBI (*Commodity Research Bureau Index*) a subir 18,4% e o S&P GSCI (*Goldman Sachs Commodity Index*) 12,9% (depois das variações de +0,7% e -0,2%, respetivamente, observadas em 2025), este último sendo beneficiado, designadamente, pela classe da energia (classe com maior peso no índice e que exibiram uma valorização de 25,9%), num contexto de forte aumento dos preços do brent e do crude *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 19,8% e 21,0%, respetivamente, assim como dos preços do gás na Europa, em 54,3% (após terem descido 43,4% em 2025, mas subido 56,5% em 2024), do gado (+7,7%), dos metais de base (+5,3%) e das agrícolas (+2,3%), sendo apenas penalizado pelos metais preciosos (-7,9%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2026

Ao longo da segunda metade deste ano, os principais riscos e incertezas económico-financeiros continuarão associados à evolução da inflação e das taxas de juro, ao abrandamento do crescimento económico nas principais economias mundiais, à volatilidade dos mercados financeiros e às tensões geopolíticas que podem continuar a afetar as cadeias de abastecimento e os preços da energia. Acrescem ainda os riscos relacionados com a elevada incerteza quanto

às políticas comerciais e orçamentais, bem como a possibilidade de deterioração das condições de financiamento para empresas e famílias. Estes fatores poderão condicionar o investimento, o consumo e a confiança dos agentes económicos, influenciando a situação económica e financeira das empresas e das famílias.

Em todo o caso, no âmbito da já mencionada atualização do WEO de julho, o FMI considerou que os riscos sobre as perspetivas económicas estão atualmente mais equilibrados do que aquando das suas anteriores projeções, realizadas em abril, mas continuando a apresentar-se descendentes ao nível da atividade e com o risco mais imediato para o cenário central traçado pela instituição a continuar a ser a evolução da situação no Médio Oriente. Um agravamento das tensões geopolíticas penalizaria o crescimento económico e agravaria as pressões inflacionistas, ao passo que, se a reabertura do Estreito de Ormuz ocorrer mais rapidamente do que o previsto e os preços das matérias-primas ficarem abaixo do cenário de referência, a economia mundial poderá crescer mais do que o antecipado e a inflação poderá revelar-se inferior às atuais projeções.

A atividade económica poderá também surpreender positivamente no curto prazo se o investimento de capital relacionado com a IA se mantiver excecionalmente forte ou se as condições financeiras se tornarem mais favoráveis, continuando a compensar os efeitos adversos das tensões geopolíticas, da fragmentação do comércio e da reduzida margem de manobra das políticas económicas.

Contudo, o entusiasmo em torno da IA e a exuberância dos mercados financeiros poderão, simultaneamente, lançar as sementes de instabilidade macrofinanceira. O FMI realça também o risco de as tensões comerciais poderem reacender-se – especialmente se o desvio de comércio ou desequilíbrios comerciais levarem mais economias a adotar aumentos tarifários e restrições não pautais –, prejudicando o crescimento económico.

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade do ano passado), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu último Boletim Económico de junho, os riscos sobre a economia portuguesa também se apresentam descendentes sobre a atividade e ascendentes sobre a inflação, considerando estarem também, sobretudo, relacionados com o impacto do conflito no Médio Oriente. De acordo com o BdP, uma maior duração ou escala do conflito implicaria preços do petróleo e de outras matérias-primas superiores aos assumidos na projeção, maior disrupção das cadeias de abastecimento e aumento da volatilidade dos mercados financeiros, com impacto na confiança dos agentes económicos. Neste cenário, a

inflação seria mais elevada e o crescimento mais baixo. Outros riscos em baixa para a atividade incluem um reavivar das tensões comerciais globais e, a nível interno, uma absorção dos fundos do PRR inferior à assumida.

Existem também riscos ascendentes para a atividade associados a impactos mais positivos: *i)* dos investimentos em curso em novas tecnologias, incluindo os relacionados com a inteligência artificial e a transição energética, em particular sobre as exportações; *ii)* da implementação no médio prazo do plano Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR); e *iii)* do aumento do investimento em defesa e infraestruturas na UE.

Para a inflação, os riscos são predominantemente em alta e, para além de uma subida mais acentuada ou persistente dos preços das matérias-primas, refletem a manutenção de pressões salariais elevadas num contexto de restritividade do mercado de trabalho.

O BdP refere ainda que, em acréscimo ao choque energético, a economia portuguesa enfrenta desafios decorrentes das tensões comerciais, das alterações demográficas e da transição tecnológica e climática. Assim, neste enquadramento, o BdP sugere que as políticas económicas devem continuar a contribuir para o reforço da resiliência e para o maior crescimento da economia, através da redução das vulnerabilidades energética e climática, da diversificação do padrão de comércio e destino das exportações e do aumento da competitividade das empresas.

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, doravante denominado OIC ou Montepio Obrigações, iniciou a sua atividade em 1 de fevereiro de 1994, tendo como objetivo garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.

O OIC deterá no mínimo 80% do seu valor líquido global investido, diretamente ou indiretamente, em obrigações. Face às características do Montepio Obrigações, as aplicações em obrigações de taxa variável (incluindo os ativos subjacentes a futuros de taxa de juro) representam mais do que 50% do seu valor líquido global e as aplicações em obrigações de taxa fixa (incluindo os ativos subjacentes a futuros de taxa de juro) não representam mais do que 40% do valor líquido global do OIC.

O OIC investirá em títulos de dívida de obrigações de Empresas ou de Estados com qualidade creditícia de *“investment grade”*, recorrendo a informação financeira considerada relevante e adequada ao processo de investimento, tendo presente os objetivos de risco e retorno, e pode utilizar instrumentos financeiros derivados com a finalidade de cobertura ou exposição aos riscos cambial, de taxa de juro ou de crédito. Pode também deter ativos denominados em moedas não Euro, mas recorrerá aos instrumentos financeiros adequados para a cobertura total do risco cambial. O OIC não pode investir em metais preciosos nem certificados representativos destes, ações, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmem o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações e não pode deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação de outros OICs.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o OIC pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-ativos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o OIC não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características

ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (“Regulamento SFDR”).

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do OIC no 1º semestre de 2026 foi de 0,77%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2016	0,63%	Classe 2	
2017	0,89%	Classe 1	
2018	-2,63%	Classe 2	
2019	1,21%	Classe 2	
2020	-0,98%	Classe 3	
2021	-0,90%	Classe 1	
2022	-1,88%	Classe 2	
2023	2,65%	-	Classe 2
2024	3,09%	-	Classe 2
2025	1,71%	-	Classe 2

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco² (ISR), apresentado na última coluna da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do OIC.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 2), corresponde a uma baixa categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do OIC apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do OIC era, a 30 de junho de 2026, de 33,3 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2021	8 796 569,70	93 838,4226	93,7417
2022	10 455 258,59	113 674,8498	91,9751
2023	21 467 980,59	227 390,6894	94,4101
2024	23 449 709,34	240 938,7190	97,3264
2025	33 990 036,54	343 361,1712	98,9921
30/06/2026	33 336 542,00	334 163,9163	99,7610

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do OIC, conforme identificado no Prospeto, designadamente, comissão de subscrição (0%) e comissão de resgate (0%).

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2026.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Proveitos	773 403,85	1 142 587,53	1 093 137,39	799 589,90
Custos	338 110,86	479 669,60	613 422,62	541 755,41
Resultado Líquido	435 292,99	662 917,93	479 714,77	257 834,49

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo OIC, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Comissão de Gestão	40 187,68	53 625,81	66 078,40	36 989,02
Comissão de Depósito	8 183,24	11 449,00	14 957,61	8 610,05
Comissão de Comercialização	94 660,05	135 283,11	180 492,03	100 770,28
Taxa de supervisão	2 429,45	3 179,66	3 179,66	2 470,71
Custos de auditoria	2 952,00	2 952,00	2 952,00	1 896,02
Comissão de carteira de títulos	654,71	0,00	4,49	23,53

(valores em Euros)

Lisboa, 10 de agosto de 2026

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DEZEMBRO 2025

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							PASSIVO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026				31-12-2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			30-06-2026	31-12-2025
	CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC		
21	OBRIGAÇÕES	30 891 165.97	41 458.58	21 214.05	30 911 410.50	31 424 171.75	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	16 668 028.31	17 126 785.49
22	AÇÕES						62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	1 483 053.29	1 935 625.14
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	14 927 625.91	14 447 911.14
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	1 403 809.19	9 131.87		1 412 941.06	1 413 775.42	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS									
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	257 834.49	479 714.77
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	32 294 975.16	50 590.45	21 214.05	32 324 351.56	32 837 947.17		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	33 336 542.00	33 990 036.54
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0.01	0.01
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0.01	0.01
	TERCEIROS							TERCEIROS		
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	10 567.69	25 284.95
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	26 628.10	27 867.32
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	205 889.26	202 262.48
12	DEPÓSITOS À ORDEM	1 108 523.10			1 108 523.10	1 300 612.82	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	0.00			0.00	0.00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	243 085.05	255 414.75
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO									
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS									
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	1 108 523.10			1 108 523.10	1 300 612.82		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	145 981.93			145 981.93	106 891.31	56	RECETAS COM PROVEITO DIFERIDO		
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO	845.47			845.47	0.00	58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	75.00	0.00
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS									
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	146 827.40			146 827.40	106 891.31		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	75.00	0.00
	TOTAL DO ATIVO	33 550 325.66	50 590.45	21 214.05	33 579 702.06	34 245 451.30		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	33 579 702.06	34 245 451.30
Total do Número de Unidades de Participação						334 163.9163	343 361.1712	Valor Unitário da Unidade de Participação		
Abreviaturas: Mv - Mais Vallas;		mv - Menos Vallas;		P - Provisões						

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		30-06-2026	31-12-2025			30-06-2026	31-12-2025
OPERAÇÕES CAMBIAIS			OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (Forwards cambiais)			912	A prazo (Forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO			OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES			OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
COMPROMISSOS DE TERCEIROS			COMPROMISSOS DE TERCEIROS				
942	Opções a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimo de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
TOTAL DOS DIREITOS		0.00	0.00	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		0.00	0.00
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	0.00	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	0.00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS			Período		PROVEITOS E GANHOS			Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		30-06-2026	30-06-2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		30-06-2026	30-06-2025
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:				
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			42 240.81	812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		382 761.75	349 433.02
711+714+717+718	De Operações Correntes		16.34	84.59	811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes		4 866.03	6 498.23
719	De Operações Extrapatrimoniais				819	De Operações Extrapatrimoniais			
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		23.53	1.21	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		16 461.77	21 866.84
724+...+728	Outras, de Operações Correntes		147 086.25	110 304.69	829	De Operações Extrapatrimoniais			
729	De Operações Extrapatrimoniais		555.16	25.32	GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		135 600.35	115 885.76
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		127 246.76	106 801.07	831+838	Outras, de Operações Correntes			
731+738	Outras, de Operações Correntes				839	De Operações Extrapatrimoniais		259 900.00	12 840.00
739	De Operações Extrapatrimoniais		254 565.00	12 425.00	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES				
IMPOSTOS					851	Provisões para encargos			
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento				OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
7412+7422	Impostos Indiretos		10 087.51	7 632.68					
7418+7428	Outros Impostos								
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)				
751	Provisões para encargos								
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		2 174.86	1 708.18					
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)			541 755.41	281 223.55					
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)				
781	Valores incobráveis				799 589.90 506 523.85				
782	Perdas extraordinárias				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores				881	Recuperação de Incobráveis			
788	Outros Custos e Perdas Eventuais				882	Ganhos Extraordinários			
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)			0.00	0.00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores		0.00	4 450.72
					884...888	Outros Ganhos Eventuais			
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)				
					0.00 4 450.72				
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		257 834.49	229 751.02	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)			
TOTAL			799 589.90	510 974.57	TOTAL			799 589.90	510 974.57
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos		407 553.58	338 142.53	D-C	Resultados Eventuais		0.00	4 450.72
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		4 779.84	389.68	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento		267 922.00	237 383.70
B-A	Resultados Correntes		257 834.49	225 300.30	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período		257 834.49	229 751.02

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 01-01-2026 a 30-06-2026	De 01-01-2025 a 30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	4 815 679.48	7 179 144.97
Comissão de resgate	0.00	0.00
	4 815 679.48	7 179 144.97
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	5 741 725.77	3 868 949.48
	5 741 725.77	3 868 949.48
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(926 046.29)	3 310 195.49
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos	1 753 147.20	
Reembolso de Títulos e outros ativos	7 650 000.00	10 890 000.00
Rendim. Tit. e outros activos	16 461.77	21 866.84
Juros e proveitos similares recebidos	397 633.47	361 670.89
Outros Receb. Carteira títulos	0.14	0.06
	9 817 242.58	11 273 537.79
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	8 878 295.13	13 932 243.57
Juros e custos similares pagos	54 286.88	42 240.76
Outras taxas e comissões	1.75	0.25
	8 932 583.76	13 974 484.58
Fluxo das operações da carteira de Títulos	884 658.82	(2 700 946.79)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações s/ cotações	259 900.00	12 840.00
	259 900.00	12 840.00
PAGAMENTOS		
Operações s/ cotações	254 490.00	12 390.00
Outros pagamentos op. a prazo e de divisas	555.16	25.32
	255 045.16	12 415.32
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	4 854.84	424.68
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	5 174.23	5 880.64
Outros recebimentos de operações correntes		
	5 174.23	5 880.64
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	37 283.24	29 127.90
Comissão de Comercialização	101 850.19	75 011.87
Comissão de Depósito	8 695.97	6 346.01
Impostos e taxas	11 015.68	7 872.01
Outros pag. Operações correntes	1 886.24	1 849.33
	160 731.32	120 207.12
Fluxo das operações de Gestão Corrente	(155 557.09)	(114 326.48)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS		
Valores de exercícios anteriores		6 357.75
	0.00	6 357.75
Fluxo das operações eventuais	0.00	6 357.75
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período	(192 089.72)	501 704.65
Disponibilidades no Início do Período	1 300 612.82	750 576.33
Disponibilidades no Fim do Período	1 108 523.10	1 252 280.98

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (OIC) iniciou a sua atividade em 1 de fevereiro de 1994. Este OIC foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações a médio e longo prazo. Ao OIC está vedado o investimento em ações, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmem o direito de subscrição de ações ou de aquisição de ações. De salientar que no dia 28 de novembro de 2011 o Fundo Finirendimento da Finivalor, foi integrado por fusão no Fundo Montepio Obrigações. Desta forma, as demonstrações financeiras do OIC, com referência a 31 de dezembro de 2011, incluem o efeito desta fusão, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do OIC não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O OIC é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do OIC

O património do OIC está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritura, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do OIC, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do OIC durante o período de seis meses findo a 30 de junho de 2026, apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(Valores em €)					
	Saldo em 31/12/2025	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício
Valor base	17 126 785,49	2 419 061,90	2 877 819,08			
Diferença p/ Valor Base	1 935 625,14	2 396 617,58	2 849 189,43			
Resultados distribuídos						
Resultados acumulados	14 447 911,14				479 714,77	
Resultados do período	479 714,77				(479 714,77)	257 834,49
	33 990 036,54	4 815 679,48	5 727 008,51	0,00	0,00	257 834,49
Nº unidades de participação	343 361,1712	48 497,8257	57 695,0806			
Valor da unidade de participação	98,9921	99,2968	99,2634			

Nota 1 – Quadro 2 - Número de Participantes por Escalão

O número de participantes por escalões em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão	
Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	0
2% ≤ Ups < 5%	2
0,5% ≤ Ups < 2%	28
Ups < 0,5%	1801

Nota 1 - Quadro 3 – Evolução do OIC

A evolução mensal do valor do OIC e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi a seguinte:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	33 204 852,95	99,1418	334 922,6931
Fevereiro	33 382 626,09	99,2182	336 456,7532
Março	33 388 056,19	99,1953	336 589,0287
Abril	33 631 768,32	99,4126	338 304,9541
Maio	33 054 464,44	99,5891	331 908,4595
Junho	33 336 542,00	99,7610	334 163,9163

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2026 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2026

Montepio Obrigações (Consolidado)					(Valores em EURO)	
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PORTB 0% 17/07/2026	839 262	9 934.64		849 196.75		849 196.75
BTF 0% 01/07/2026	197 951	2 035.79		199 987.00		199 987.00
BKO 2% 16/12/2027	593 376	2 235.00		595 611.00	8 482.19	604 093.19
Sub-Total:	1 630 589	14 205.43	0.00	1 644 794.75	8 482.19	1 653 276.94
01.01.03 - Obrigações diversas						
ABIBB 1.5% 18/4/2030	190 138		-355.00	189 783.00	608.22	190 391.22
KO 0.125% 09/03/2029	92 319	778.00		93 097.00	39.04	93 136.04
VOD 1.875% 20/11/29	96 843		-679.00	96 164.00	1 145.55	97 309.55
NESNVX 3.5% 17/01/30	103 072		-828.00	102 244.00	1 582.19	103 826.19
EDPPL 1.875 21/09/29	190 723	1 753.00		192 476.00	2 907.53	195 383.53
PEP 1.125% 18/03/31	91 331	48.50		91 379.50	323.63	91 703.13
UNANA 1.375% 04/9/30	93 649		-58.00	93 591.00	1 130.14	94 721.14
SOCGEN 4.25%16/11/32	211 199		-163.00	211 036.00	5 286.30	216 322.30
IBM 0.875% 09/2/2030	183 587	1 306.00		184 893.00	680.82	185 573.82
MONTPI 3 5% 25/06/29	100 321		-172.00	100 149.00	57.53	100 206.53
HEIGR 3.375 17/10/31	203 454		-2 190.00	201 264.00	4 752.74	206 016.74
SIEGR 3.375 24/08/31	101 519	137.00		101 656.00	2 875.68	104 531.68
SANTAN 3.25 27/05/32	201 326		-2 120.00	199 206.00	623.29	199 829.29
ACAFP 3.875% 20/4/31	206 573		-897.00	205 676.00	1 528.77	207 204.77
MCD 1.6% 15/03/2031	185 726		-127.00	185 599.00	946.85	186 545.85
HSBC 0.77% 13/11/31	178 251	1 030.00		179 281.00	970.41	180 251.41
ENELIM 0.875 17/1/31	179 377	458.00		179 835.00	791.10	180 626.10
EOANGR 3.5% 25/03/32	201 969	321.00		202 290.00	1 879.45	204 169.45
VIEFP 3.324%17/06/32	197 778	1 027.00		198 805.00	254.99	199 059.99
BCPPL 3.25% 05/05/32	198 428		-17.00	198 411.00	1 015.07	199 426.07
SAPGR 1.62510/3/2031	93 613	153.50		93 766.50	503.08	94 269.58
GOOGL 2.875 06/11/31	98 178	447.00		98 625.00	1 866.78	100 491.78
IBESM 3.625%13/07/33	202 688	684.00		203 372.00	7 011.64	210 383.64
CXGD 3.625 20/05/32	199 524	1 571.00		201 095.00	834.25	201 929.25
MONTPI 3.625 22/6/31	99 762	318.00		100 080.00	90.63	100 170.63
BNFP Float 08/09/27	100 031		-14.50	100 016.50	164.90	100 181.40
BMO Float 12/04/2027	300 300	297.00		300 597.00	1 724.83	302 321.83
BBVASM Flt 07/06/27	702 229		-678.46	701 550.50	1 234.78	702 785.28
BBVASM Float 15/1/29	300 767	4.10		300 771.00	1 767.15	302 538.15
BNP Float 20/03/2029	802 500	712.00		803 212.00	627.20	803 839.20
HSBC Float 12/11/29	200 876		-67.00	200 809.00		200 809.00
MS Float 05/04/2029	799 460	1 472.00		800 932.00	3 543.16	804 475.16
A Transportar	8 738 100	26 722.53	-8 365.96	8 756 456.75	57 249.89	8 813 706.64

INVENTÁRIO DA CARTEIRA

em 30 de junho de 2026

Montepio Obrigações (Consolidado)				(Valores em EURO)		
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
GS Float 23/01/2029	752 517	641.00		753 157.50	4 266.50	757 424.00
BAC Float 28/01/2028	1 503 134		-1 431.90	1 501 702.50	7 181.33	1 508 883.83
C Float 14/05/2028	601 125	318.00		601 443.00	2 281.60	603 724.60
TD Float 10/09/2027	100 200	102.00		100 302.00	170.98	100 472.98
SANFP Float 11/03/27	501 104		-736.73	500 367.50	742.50	501 110.00
NWG Float 11/06/2028	903 525	385.90		903 910.50	1 486.50	905 397.00
TOYOTA Float 09/2/27	603 637		-2 287.00	601 350.00	2 488.80	603 838.80
BNS Float 10/06/2027	100 000	258.00		100 258.00	168.06	100 426.06
BNS Float 06/03/29	999 955	3 825.30		1 003 780.00	1 955.64	1 005 735.64
LLOYDS Float 12/2/30	500 708	309.50		501 017.50	1 988.89	503 006.39
RY Float 02/07/2028	1 400 946	2 904.50		1 403 850.00	9 376.50	1 413 226.50
RY Float 13/06/2029	100 493		-6.50	100 486.50	141.38	100 627.88
NACN Float 10/3/2029	200 536	532.00		201 068.00	373.45	201 441.45
ANZ Float 21/05/2027	1 151 993		-538.41	1 151 454.75	3 406.59	1 154 861.34
ABNANV Float 15/1/27	503 106		-1 970.50	501 135.00	2 998.72	504 133.72
ABNANV Float 21/1/28	501 879		-411.50	501 467.50	2 646.72	504 114.22
ABNANV Flt 28/02/29	200 511		-52.40	200 459.00	508.11	200 967.11
CAT Float 10/06/2027	300 708		-229.50	300 478.50	476.18	300 954.68
BACR Float 08/05/28	802 414	841.80		803 256.00	3 648.00	806 904.00
IBM Float 03/02/28	300 093		-7.50	300 085.50	1 174.02	301 259.52
SIEGR Float 27/05/27	701 185		-499.00	700 686.00	1 704.11	702 390.11
UCGIM Float 20/11/28	902 173	1 958.50		904 131.00	3 064.95	907 195.95
RABOBK Float 16/7/28	801 091	1 196.80		802 288.00	4 750.84	807 038.84
VW Float 02/10/2028	400 147	236.80		400 384.00	2 729.00	403 113.00
NDAFH Float 21/02/29	601 608		-120.00	601 488.00	1 948.18	603 436.18
CABKSM Flt 19/09/28	802 631	105.00		802 736.00	804.53	803 540.53
BFCM Float 05/3/2027	201 022		-508.50	200 513.00	424.52	200 937.52
ISPIM Float 16/04/27	1 204 255		-679.00	1 203 576.00	7 202.27	1 210 778.27
INTNED Float 12/5/28	200 180	89.00		200 269.00	726.11	200 995.11
DANBNK Float 10/4/29	702 395		-312.50	702 082.50	4 403.86	706 486.36
JPM Float 06/06/2028	502 413		-1 005.50	501 407.50	933.10	502 340.60
CM Float 29/01/2027	100 677		-421.40	100 256.00	502.25	100 758.25
RBOSGR Flt 28/11/26	100 138		-79.50	100 058.50	249.33	100 307.83
CM Float 18/10/2028	602 219	784.20		603 003.00	3 645.60	606 648.60
NOVOB Float 27/05/27	801 326		-1 078.00	800 248.00	1 947.56	802 195.56
CCEP Float 02/06/27	250 650		-330.75	250 318.75	510.42	250 829.17
MBGGR Float 19/08/27	200 484		-142.00	200 342.00	647.87	200 989.87
ORFP Float 12/01/28	299 851	6.50		299 857.50	1 547.08	301 404.58
PEP Float 11/02/28	99 985	51.00		100 036.00	351.05	100 387.05
OPBANK Float 30/1/29	650 054	190.25		650 243.75	2 832.19	653 075.94
Sub-Total:	29 260 577	27 253.15	-21 214.05	29 266 615.75	137 172.99	29 403 788.74
A Transportar	30 891 166	41 458.58	-21 214.05	30 911 410.50	145 655.18	31 057 065.68

INVENTÁRIO DA CARTEIRA

em 30 de junho de 2026

Montepio Obrigações (Consolidado)				(Valores em EURO)		
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
ISH EUR CORP BND IRH	468 814	5 120.41		473 934.84		473 934.84
IshaETF € Ultrashort	934 995	4 011.46		939 006.22		939 006.22
Sub-Total:	1 403 809	9 131.87	0.00	1 412 941.06	0.00	1 412 941.06
Total	32 294 975	50 590.45	-21 214.05	32 324 351.56	145 655.18	32 470 006.74

Nota 3 - Quadro 2 - Movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31/12/2025	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30/06/2026
Caixa				
Depósitos à ordem	1 300 612,82	16 152 269,03	16 344 358,75	1 108 523,10
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	1 300 612,82	16 152 269,03	16 344 358,75	1 108 523,10

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do OIC será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.

- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:

- *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
- *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
- Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
- Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo OIC

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao OIC será imputado diariamente uma comissão de gestão de 0,825% anual, calculada sobre o valor global do OIC, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão. A comissão cobrada anualmente é de 0.650%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do OIC, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao OIC e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do OIC.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC.

3. Política de rendimentos

O OIC é um OIC de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 12 - Exposição ao Risco de Taxa de Juro

Em 30 de junho de 2026, os prazos residuais até à data de vencimento dos títulos de taxa fixa, incluindo papel comercial, apresentavam a seguinte estrutura:

Maturidade	Valor da Carteira €	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros		
		Pos. Compradas	Pos. Vendidas	
De 0 a 1 ano	0,00		-3 876 475,00	-3 876 475,00
De 1 a 3 anos	788 857,00			788 857,00
De 3 a 5 anos	1 715 487,00			1 715 487,00
De 5 a 7 anos	1 791 669,00			1 791 669,00
Mais de 7 anos	203 372,00			203 372,00
	4 499 385,00	0,00	-3 876 475,00	622 910,00

Nota 15 – Diversos Custos Imputados ao OIC no 1º Semestre de 2026

Os diversos custos imputados ao OIC em 30 de junho de 2026 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2026	Valor (em Euros)	Percentagem de VLG (1)
Comissão de Gestão	137 759,30	0,76%
Componente Fixa	137 759,30	0,76%
Componente Variável	0,00	0,00%
Comissão de Depósito	8 610,05	0,05%
Taxa de supervisão	2 470,71	0,02%
Custos de auditoria	1 896,02	0,00%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	8 333,70	0,05%
Outros encargos	278,84	0,00%
Total	159 348,62	0,88%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0,88%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 17 – Outra informação relevante do OIC

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente com o início do conflito entre os EUA e Israel contra o Irão, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do OIC, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do OIC.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do OIC.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2026 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2026
Órgãos de Gestão	415 072,55 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	825 194,82 €
Número de colaboradores	34

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 10 de agosto de 2026

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 33 579 702 euros e um total de capital do OIC de 33 336 542 euros, incluindo um resultado líquido de 257 834 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

Assinado por: **ISMAEL SOARES DE MATOS TÁBOAS**

Num. de Identificação: 10625464

Data: 2026.08.24 17:32:57+01'00'



Ismael Soares de Matos Táboas
(ROC nº 1791, inscrito na CMVM sob o nº 20220045),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.